

---

## Acesso aberto à informação científica: diretrizes, políticas e modelos de repositórios científicos para Moçambique

---

**Horácio Francisco Zimba**

Professor Auxiliar, Escola de Comunicação e Artes, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

[horacio.zimba@uem.mz](mailto:horacio.zimba@uem.mz)

**Ranito Zambo Waete**

Assistente Universitário, Escola de Comunicação e Artes, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

[varela@uem.mz](mailto:varela@uem.mz)

**Aidate Mussagy**

Professora Auxiliar, Departamento de Ciências Biológicas, Faculdade de Ciências, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

[amussagy@uem.mz](mailto:amussagy@uem.mz)

### **Resumo**

Esta comunicação discorre sobre as iniciativas de acesso aberto a informação científica com ênfase em propostas de diretrizes, políticas e acções institucionais e/ou governamentais de diferentes países a nível mundial. Identifica as orientações e recomendações emanadas por organismos internacionais como a UNESCO, a IFLA, em busca de um pano de fundo para propor diretrizes, políticas e acções concertadas, que possam ser aplicadas para o contexto de Moçambique. Para consubstanciar as reflexões, primeiro, faz-se uma radiografia da situação actual do país no que diz respeito a existência de iniciativas institucionais e/ou governamentais de acesso aberto à informação científica, tendo como principal fonte de dados, os documentos institucionais e o quadro legal do sector de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação de Moçambique. Em segundo lugar, exploram-se as iniciativas institucionais atinentes a estabelecimento de plataformas de acesso aberto, especificamente, revistas e repositórios institucionais de acesso aberto, no contexto

nacional. Em terceiro lugar, resgatam-se as contribuições surgidas nas discussões havidas no I Seminário de Acesso Aberto à Informação Científica, realizado nos dias 9 e 10 de Maio de 2016, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, visando o estabelecimento de propostas de modelos de diretrizes e políticas de repositórios científicos de acesso aberto, no contexto moçambicano.

**Palavras-chave:** Acesso Aberto. Informação Científica. Políticas de Informação. Modelo de Repositórios Científicos. Universidade Eduardo Mondlane. Moçambique.

## **Open access to scientific information: guidelines, scientific repositories policies and models for Mozambique**

### **Abstract**

This article discusses the open access initiatives to scientific information with emphasis on institutional and or governmental directives, policies and actions from different countries of the World. The paper identifies the guidelines and recommendations by international bodies such as UNESCO, IFLA, in order to search for a baseline platform to propose directives, policies and concrete actions that may be applicable to the Mozambican context. First, and to substantiate the analyses, an overview of the country's current situation is carried out seeking for existing institutional and or governmental open access initiatives to scientific information. The main data sources are institutional documents and the Mozambican legal framework for high education, science, technology and innovation. Second, the paper explores institutional initiatives aiming at the establishment of open access platforms, mainly scientific journals and institutional open access repositories, within the national context. Third, the results of the discussions from the first Open Access to Scientific Information Workshop, that took place between 9 and 10 May 2016, at the Eduardo Mondlane University, in Maputo, are used to propose directive models and policies for scientific information open access repositories within the Mozambican context.

**Keywords:** Open Access, Scientific Information, Information Policies, Scientific Repository Model, Eduardo Mondlane University, Mozambique.

### **Introdução**

A iniciativa de acesso aberto que nasceu em finais da década de 1990, tem vindo a crescer e a ganhar adeptos e seguidores em vários países á nível mundial. Este movimento foi despoletado inicialmente, por membros da comunidade científica, que entendiam haver necessidade de se encontrar um mecanismo alternativo de publicação dos resultados de investigação, que pudesse manter a mesma qualidade ao já consagrado sistema de publicação em revistas científicas controladas pelas grandes editoras comerciais a nível mundial. Esta iniciativa surgiu, fundamentalmente, em defesa do acesso livre ao

conhecimento produzido nas universidades e institutos de investigação, financiado por fundos públicos. Visto que no modelo tradicional de publicação científica esse conhecimento, regra geral, tem sido publicado em revistas comerciais que ao final acarretam elevadas somas orçamentais para manter as assinaturas para se ter o acesso a informação produzida e publicada nessas revistas.

Portanto, a crise dos periódicos, ocasionada pelos altos custos de manutenção das assinaturas de acesso às principais bases de dados de periódicos científicos, obrigou a que os membros da comunidade científica se juntassem a favor do acesso aberto, através de publicação dos resultados de investigação em plataformas de acesso livre. Neste contexto, a Convenção de Santa Fé, que ocorreu em 1999, nos Estados Unidos da América (EUA), sobre a *Open Archives Initiative* (OAI), despoletou o surgimento de várias outras iniciativas a nível mundial em prol do acesso aberto a informação científica. Como são os casos das declarações de Budapeste no ano de 2002, Bethesda e Berlin, ambas em 2003, que produziram recomendações atinentes a promoção e disseminação do acesso aberto a nível mundial, tendo como principal orientação a disponibilização em acesso aberto, através de auto-arquivamento em repositórios, e/ou publicação em revistas de acesso aberto, dos resultados de investigação produzidos com financiamento público.

Para além das iniciativas despoletadas por comunidades científicas em contextos de certos países conforme os exemplos acima, é importante notar o papel desempenhado por entidades internacionais como é o caso da UNESCO e da IFLA, que também vem apoiando estas iniciativas através de programas e financiamento de acções de promoção e disseminação do movimento de acesso aberto a informação científica. Neste aspecto, destaca-se, de entre outros, os seguintes documentos: “Diretrizes para o manifesto da IFLA/UNESCO sobre a Internet”, publicado em 2006 e atualizado em 2014; e o livro *Open access to knowledge and information: scholarly literature and digital library initiatives; the South Asian scenario*, publicado pela UNESCO, em 2008, (DAS, 2008).

Estas e outras iniciativas referidas em estudos sobre o movimento de acesso aberto, tem servido de base para alavancar o processo de criação de políticas e diretrizes institucionais e nacionais de acesso aberto, em diferentes países. A Declaração do Estoril sobre o acesso à informação, em 2004, e o Compromisso do Minho, em 2006, são exemplos da iniciativa de acesso livre à informação científica em países lusófonos. Segundo dados extraídos do *The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies* (ROARMAP), em Outubro de 2016 existiam 786 registos de políticas e mandatos depositados nesta plataforma, distribuídos pelos cinco continentes da seguinte forma: Europa com maior número de políticas e mandatos registados, 477; seguido das Américas com 200; Ásia com 50; Oceania com 40; e África com 19. Dos 19 registos referentes ao continente africano estavam assim disbrituidos: Este de África – sete; Norte de África – dois; Sul de África – oito; e Oeste de África – dois. Sendo que dos oito registos arrolados para o Sul de África todos

eram referentes a África do Sul, que em outras palavras significa que Moçambique e outros países da região Sul de África não possuíam nenhuma política e/ou mandato registado no ROARMAP até essa data (ROARMAP, 2016).

Uma rápida análise ao directório de registo de repositórios institucionais de acesso aberto (*The Directory of Open Access Repositories* – OpenDOAR e no *Registry of Open Access Repositories* – ROAR), percebe-se que a Europa aparece na dianteira, como era de se esperar, tomando em consideração o número de políticas e mandatos depositados no ROARMAP, seguido das Américas e Ásia. Em quarto lugar encontra-se o continente africano, seguido da Oceania (OpenDOAR, 2016; ROAR, 2016). Os dados do OpenDOAR e ROAR indicam que Moçambique possui dois repositórios, o Repositório “Saber”, activo desde 2009 e contendo neste momento cerca de 3100 registos (RIS, 2016); e o Repositório Multinacional, IAPRA – *Irish African Partnership Research Archive*, do qual Moçambique é membro (ROAR, 2016).

Neste contexto, o presente trabalho, propôs-se a analisar os modelos e práticas de implementação de políticas e directrizes para o estabelecimento de repositórios e revistas de acesso aberto no cenário mundial, tendo em vista, a iniciar um debate, a nível de Moçambique, das diferentes abordagens possíveis de implementar no país. De realçar que este trabalho, surgiu na sequência das discussões havidas no seminário de acesso aberto realizado em Maputo, em Maio de 2016. Este seminário, organizado em parceria com a Universidade de Minho, a Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, visava consciencializar a comunidade académica de Moçambique sobre a importância do acesso aberto à informação científica e, discutir as estratégias de gestão e disseminação da informação científica por meio de novas ferramentas tecnológicas.

O seminário contou com a participação de várias Instituições de Ensino Superior e de Investigação Científica nacionais e constituiu um marco importante para o estabelecimento do movimento de acesso aberto à informação científica em Moçambique. Assim, as reflexões contidas nesta comunicação servirão de base para futuras discussões, assim como, para proposta de directrizes, políticas e modelos de revistas e repositórios científicos de acesso aberto, concetâneos com a realidade moçambicana.

### **Procedimentos metodológicos**

Este é um estudo tipicamente de análise documental. Para tal, fez-se um levantamento documental, recorrendo-se a pesquisa nas páginas de Internet das principais Instituições de Ensino Superior e de Investigação (IESI) moçambicanas, com o intuito de (i) localizar documentos institucionais relativos a políticas de investigação e/ou de publicação; (ii) verificar a existência de repositórios institucionais e revistas científicas de acesso aberto e; (iii) identificar as plataformas tecnológicas utilizadas para criação de repositórios e revistas de acesso aberto nessas instituições. Para complementar a coleta de informações

recorreu-se a contactos interpessoais, via telefone, com objectivo de perceber se aquelas IESI que não possuíam esta informação disponível na página de Internet, teria-na em outros formatos.

Para fins deste estudo, são consideradas principais IESI, as quatro universidades públicas, nomeadamente, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Pedagógica (UP), Universidade Lúrio (UNILURIO) e Universidade Zambeze (UNIZAMBEZE); quatro Institutos de investigação científica, designadamente, Instituto de Investigação Pesqueira (IIP), Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), Centro de Investigação em Saúde de Manhiça (CISM) e Instituto Nacional da Saúde (INS); quatro instituições de ensino superior privadas: Universidade Politécnica (“A Politécnica”), Universidade Católica de Moçambique (UCM), Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) e Instituto de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ICTEM); e quatro institutos politécnicos públicos, nomeadamente, Instituto Politécnico de Gaza (ISPG), Instituto Politécnico de Tete (ISPT), Instituto Politécnico de Songo (ISPS) e Instituto Politécnico de Manica (ISPM). No total foram pesquisadas 16 IESI. Segundo dados extraídos da página do Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESP), em Outubro de 2016, em Moçambique, existiam 49 IES e 20 Institutos de Investigação Científica (IIC), perfazendo assim um universo de 62 IESI, até a data do levantamento realizado para o presente trabalho.

Portanto, a nível de instituições do Governo, realizou-se uma pesquisa documental sobre políticas públicas, leis e planos estratégicos do sector de ensino superior, ciência e tecnologia, visando perceber a abordagem do Governo, em relação aos mecanismos de produção e disponibilização da informação em modelos e/ou plataformas que seguem os padrões do movimento de acesso livre ao conhecimento.

### **Quadro legal e o acesso aberto em Moçambique**

Analisando os diferentes instrumentos legais que criam e estabelecem os sistemas de ensino superior e de ciência e tecnologia moçambicanos, nota-se a preocupação do Governo no desenvolvimento e implantação de infraestruturas básicas de suporte as actividades de ensino e investigação, assim como, de uma plataforma de produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico necessária para a solução dos problemas da sociedade. No entanto, nenhum destes instrumentos aborda de uma forma clara o posicionamento do Governo em relação as forma de disponibilização da informação e conhecimento científico produzido, via financiamento público, ou seja, quais mecanismos devem ser utilizados para publicar e disponibilizar esse conhecimento.

É importante referir que tanto, a política de ciência e tecnologia, aprovada pelo Conselho de Ministros, Resolução n. 23/2003, de 22 de Julho, assim como a estratégia de ciência, tecnologia e inovação aprovada pelo Conselho de Ministros, em Junho de 2006, com horizonte temporal de 10 anos, reconhecem a importância da necessidade de sistematização e publicação da informação e conhecimento produzido pelas instituições de investigação,

mas não explicitam o paradigma (tradicional e/ou acesso livre) de orientação que deve ser seguida para a publicação dos resultados de pesquisa e/ou investigação, desenvolvidas com financiamento público, no contexto nacional.

A mesma constatação, foi observada em outros instrumentos legais, por exemplo, a lei do ensino superior (Lei n. 27/2009, de 29 de Setembro), os decretos que criam e estabelecem os princípios de funcionamentos da maioria das IESI, inclusive da Academia de Ciências de Moçambique (ACM) e do Fundo Nacional de Investigação (FNI), entre outros instrumentos de regulação do sector (MESCT, 2003; MCT, 2006; MCT, 2007; Premgy, 2012).

### **Políticas e directrizes institucionais de acesso aberto em Moçambique**

No contexto mundial vários países e instituições, tem se mostrado favoráveis à iniciativa do acesso aberto, dando suporte tanto a nível de princípios como de práticas, criando instrumentos legais que mandatam a aplicação desta iniciativa. Contudo, existem muitos países que ainda não aderiram a este movimento, ou seja, que ainda não possuem instrumentos legais e normativos, para o estabelecimento de mecanismos de produção e disponibilização do conhecimento científico em acesso aberto. Moçambique está entre esses países. No entanto, reconhece-se que há países onde a iniciativa do acesso aberto tem sido implementada por vias menos formais, ou seja, com ausência de políticas ou normas claras sobre este assunto, tanto institucionais, como das agências de financiamento. Relatos de experiências indicam que, em alguns países as iniciativas de acesso aberto tem sido lideradas pelas universidades e instituições de investigação, Moçambique, parece estar a seguir esse modelo, visto que, a UEM tem sido a instituição promotora e indutora destas iniciativas a nível nacional.

Assim, em 2015, a UEM foi a IESI, pioneira, na aprovação a nível do Conselho Universitário, de uma Política de Publicação (UEM, 2015), que em reconhecimento aos benefícios das publicações em acesso aberto, esta política, contempla um capítulo sobre o acesso livre à informação técnico-científica. Neste capítulo, a UEM, torna claro que privilegia a produção e disponibilização da informação técnico-científica em conformidade com a iniciativa de acesso aberto e com o paradigma de acesso livre à informação científica que, pressupõe a disponibilização de documentos e cópias *online* de acesso livre – sem restrições de licença para uso para a investigação, ensino e outros propósitos – de artigos de revistas científicas, contribuições de conferências, teses, dissertações assim como informações técnicas (relatórios, ensaios, entre outros).

Para a materialização deste desiderato, na sua política de publicação, a UEM compromete-se a: (i) dispor, em ambiente de acesso livre, de revistas editadas pela instituição ou pelas suas unidades subordinadas; (ii) dispor de repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre; (iii) reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeitos de avaliação, progressão e promoção académicas e para o acesso ao financiamento para investigação. Neste âmbito, o autor – docente,

investigador ou estudante da UEM –, por sua vez, obriga-se a conceder o direito de acesso gratuito, irrevogável e irrestrito dos conteúdos informacionais por si produzidos, bem como a conceder a licença para copia-los, usa-los, distribuí-los, transmiti-los e exhibi-los, ressaltando, contudo, o respeito, pela integridade e direitos morais sobre os conteúdos devendo estes serem devidamente reconhecidos e citados (UEM, 2015).

Deste modo, ainda que timidamente, a UEM está a dar os primeiros passos para a materialização da iniciativa de acesso aberto em Moçambique, através de acções concretas que resultaram na criação do Repositório “Saber”, em 2009, e da Revista Científica da UEM, em 2012; e, em Maio de 2016, realizou o primeiro seminário de acesso aberto. Entende-se, portanto, que a UEM, gozando do privilégio que lhe é peculiar a nível nacional, através destas acções, poderá exercer: (i) influência positiva a nível da comunidade científica nacional, tanto a nível das universidades, assim como, de entidades do Governo, indústria e organizações da sociedade civil; (ii) liderança das discussões, em foruns apropriados que, poderão determinar os factores importantes para a preparação e adopção de políticas de acesso aberto, a nível nacional; (iii) e servir de incubadora de iniciativas de criação e estabelecimento de plataformas tecnológicas de acesso aberto, entre outros aspectos relevantes para o desenvolvimento desta iniciativa em Moçambique.

### **Repositórios institucionais e revistas científicas de acesso aberto em Moçambique**

Observando elementos da contemporaneidade concernentes ao acesso público ao conhecimento e à informação científica, tendo como ponto de partida a contextualização do acesso aberto à informação, as revistas científicas (RC) e os repositórios institucionais (RI) de acesso aberto disponíveis em Moçambique afiguram-se como um novo modelo de disseminação da produção científica nacional. Desta forma, a organização e o gerenciamento de revistas científicas e repositórios institucionais, principalmente os desenvolvidos em ambientes interinstitucionais, como instituições de ensino superior e de investigação, são ferramentas importantes para o desenvolvimento do acesso aberto à informação científica, bem como a consolidação de políticas públicas de acesso aberto ao conhecimento, no contexto de Moçambique (Waete; Zimba; Mussagy, 2015; Waete et al., 2014; Waete; Moura; Mangué, 2012).

Entretanto, é preciso reconhecer que a história da produção científica é relativamente recente em Moçambique. Por isso, em termos globais e qualitativos, a produção científica nacional ainda é incipiente se comparado, por exemplo, a de países da região ou de outros centros mundiais com tradição científica. Com a excepção da UEM, fundada em 1962, e dos Institutos de Investigação da Saúde e de Investigação Agrária de Moçambique, que são anteriores a proclamação da independência, em Junho de 1975, todas as outras IESI, foram criadas a partir da metade da década de 1980, e atravessaram várias crises económicas e sociais do país, que condicionaram o seu pleno desenvolvimento (Zimba; Mueller 2010). Alia-se o facto de a comunidade científica também ser constituída, na maioria dos casos,

por investigadores geralmente jovens recém-formados. Outro sim, é o financiamento da investigação, que quase na totalidade resulta de apoios externos. Mas, é preciso realçar que nos últimos dez anos, nota-se já uma grande preocupação, por parte do Governo, no desenvolvimento de acções que visam estabelecer plataformas e infraestruturas primordiais para a implementação do sistema de investigação científica e inovação tecnológica nacional (Matos; Mosca, 2009; Zimba; Mueller, 2010; Waete; Moura; Mangué, 2012). Foi, a partir dessa preocupação, que nascem as iniciativas de criação do Repositório Interinstitucional “Saber” e da Revista Científica da UEM.

O levantamento realizado, em Outubro de 2016, nos directórios de registo de repositórios e revistas científicas de acesso aberto, ROAR, *openDOAR*, assim como, nos sites oficiais das próprias IESI e desenvolvedores do *Dspace*, *E-prints* e OJS, principais ferramentas tecnológicas utilizadas para a criação de RIs e RCs, indicou a existência de três RIs (o Repositório Interinstitucional “Saber”, gerido pela UEM, o Repositório da UCM e o Repositório Multinacional IAPRA – *Irish African Partnership Research Archive* – mantido pela *Dublin City University*, da Irlanda e, de duas RCs *online*, que usam a plataforma OJS, nomeadamente, a Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane (RC-UEM), criada em 2012 e a Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento (REID), da UCM, lançada em 2013. Em termos de RI e RC activos e disponibilizados via plataformas *online* de acesso livre, os resultados indicam que somente a UEM e a UCM, possuíam essas plataformas instaladas e operacionais até ao período de levantamento de dados nos sites ROAR, *openDOAR*, *Dspace*, *Eprints* e OJS. Mas, por outro lado, a pesquisa feita nos sites oficiais das IESI, indicou existirem iniciativas de criação de revistas de acesso livre, publicados em formato impresso mas também disponibilizados integralmente no formato PDF em seus sites. São os casos da Revista do Instituto Nacional da Saúde, da Revista do Instituto de Investigação Pesqueira e das Revistas da Universidade Pedagógica, apenas para citar alguns exemplo. A razão fundamental, segundo percebeu-se nos contactos feitos a algumas destas IESI que possuem revistas nestes moldes, está relacionada com dificuldades técnicas, em alguns casos, e em outros, também associa-se a exiguidade orçamentária para a criação de condições infraestruturais, para a implementação das plataformas *Dspace* e OJS, em suas instituições.

### O Repositório “Saber”

A iniciativa de criação do Repositório Interinstitucional “Saber” (RIS) de acesso aberto à informação científica em Moçambique, foi lançada em 2009, a partir de um esforço conjunto de três instituições, nomeadamente, a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade Politécnica de Moçambique – então Instituto Superior e Politécnico de Moçambique – e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária. Esta iniciativa contou com o apoio financeiro da SIDA/SAREC (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional) e do Projecto QIF (Fundo de Qualidade e Inovação), do Banco Mundial; e com o apoio técnico da Universidade de Minho de Portugal. E teve como principais objetivos, (i) criar uma plataforma



de RI com a finalidade de recolher, agregar e indexar conteúdos académicos e científicos existentes nas instituições de ensino superior e de investigação em Moçambique que pudessem ser disponibilizados em acesso aberto e; (ii) disponibilizar a investigação, descoberta, localização e acesso a documentos de carácter científico e académicos produzidos em Moçambique e/ou sobre Moçambique. Assim, o RIS foi o primeiro repositório institucional, de carácter interinstitucional, criado com o propósito de atender, não só as instituições de ensino superior, como também aos institutos ou centros de investigação (Waete; Moura; Mangué, 2012). Desta forma, o RIS, previa o depósito de todo tipo de materiais como manuscritos, artigos de periódicos (*pré-prints* e *post-prints*), manuais de ensino não publicados, monografias, partes de livros, relatórios técnicos, dissertações, teses e vídeos, etc. Dados extraídos do *openDOAR* em Outubro de 2016 indicavam que o RIS possuía 3103 registos, consituídos na maioria por trabalhos de conclusão de cursos de licenciatura, e algumas teses e dissertações, e outros documentos (artigos de revistas e material de ensino).

Na configuração do RIS adaptou-se a plataforma *Dspace*, uma das mais conhecidas para criação de repositórios institucionais no meio científico. Estruturalmente, o RIS está organizado em comunidades, subcomunidades e colecções. Cada comunidade representa uma das instituições que possui conteúdo indexado no repositório. As subcomunidades correspondem às faculdades, escolas, departamentos ou outros sectores das instituições que disponibilizam informação científica neste repositório. As colecções são as espécies documentais a serem disponibilizadas pelas diferentes comunidades e subcomunidades. Relativamente, ao depósito de textos e documentos é feito mediante solicitação ao sector que faz a gestão do RIS. Actualmente a gestão do RIS é feita pelo Departamento de Gestão de Informação Digital (DGIG) da Direcção dos Serviços de Documentação (DSD) da UEM. Qualquer IESI, de Moçambique, pode submeter os seus conteúdos. Para se efectivar a inclusão de conteúdos no RIS, a solicitação para tal, deve ser acompanhada por um termo de autorização com a assinatura do autor. A qualidade dos materiais depositados é da responsabilidade das comunidades que publicam.

### **A Revista Científica da UEM**

Reconhecendo que a publicação de resultados e a acessibilidade das publicações é uma pré-condição para a eficiência do processo de investigação, a questão das publicações científicas começou a ser objecto de análise, em Moçambique, em particular na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e alguns docentes e investigadores eram, de opinião que deveriam existir revistas locais de qualidade, para permitir a publicação de trabalhos, que pelo seu carácter poderiam ser de interesse endógeno, e por via disso poderiam não encontrar aceitação para publicação em revistas internacionais (Mussagy et al., 2008; Zimba; Mueller, 2010).

Resultados de um estudo realizado em 2007, sobre a situação das revistas publicadas nas UEM, mostraram a existência, naquela altura, de algumas iniciativas em diferentes unidades orgânicas. Mas, praticamente todas padeciam de vários problemas, de ordem estrutural e sustentabilidade, que conseqüentemente viam as possibilidades de se tornarem revistas com qualidade diminutas ou quase nulas. Na altura da realização do estudo, o movimento em torno da iniciativa do acesso aberto vinha ganhando espaço a nível mundial, e a equipa responsável pela implementação da RC-UEM ciente dos benefícios desse paradigma, propôs a criação da RC-UEM, seguindo a filosofia do acesso aberto e a adopção da Plataforma SEER, customizada pelo IBICT. Assim, a RC-UEM foi criada através de uma deliberação do Conselho Universitário (Deliberação n. 13/CUN/2008). De acordo com esta deliberação, a RC-UEM é uma revista de acesso aberto, publicada bianualmente, com objectivo de difundir os resultados das actividades científicas realizadas por docentes e investigadores da UEM e de outras instituições de ensino superior. É publicada em séries temáticas, nomeadamente: (i) Série Ciências Biomédicas e Saúde Pública; (ii) Série Engenharias, Arquitectura, Urbanismo e Tecnologia; (iii) Série Letras e Ciências Sociais; (iv) Série Ciências Naturais e do Ambiente; (v) Série Ciências Agronómicas, Florestas e Veterinárias; (vi) Série Ciências da Educação; (vii) Série Ciências Jurídicas; (viii) Série Ciências Económicas, Administração e Desenvolvimento (UEM, 2007; Mussagy *et al.*, 2008).

### **Modelo de repositórios e revistas científicas de acesso aberto para Moçambique**

Analisando o contexto embrionário do estabelecimento de políticas públicas e institucionais do sector de ensino superior, ciência e tecnologia em Moçambique, fica claro que, existe uma relação directa que condiciona de certa forma a percepção da comunidade científica, no que diz respeito aos modelos de publicação científica, que o país deve orientar suas sinergias. Existe, no seio da comunidade científica nacional, a ideia de que a publicação em revistas internacionais traz mais prestígio e tem sido o indicador fundamental, na avaliação de projectos de financiamento a nível internacional. Por esta razão, poucos investigadores tem interesse em publicar localmente. Associado a isto, as revistas nacionais tem críticos problemas, (i) estruturais; (ii) ausência de recursos humanos capacitados em matérias editoriais, nos seus diferentes níveis, por exemplo, editores científicos, revisores interessados em prestar seu apoio, pessoal técnico de suporte as diferentes actividades pertinentes para o funcionamento do sistema todo; (iii) funcionando na maioria dos casos de forma amadora; e (iv) improvisado nos procedimentos editoriais. Como consequência, as revistas nacionais sofrem do síndrome de discontinuidade precoce. E a alternativa de publicar em revistas internacionais pode concorrer para a marginalização de produção de conhecimento de aplicação endógeno. Se considerado, que este tipo de trabalho pode não encontrar espaço de publicação em revistas internacionais, pois esta publicação, regra geral, divulga assuntos de interesse para o contexto transnacional (Zimba; Mueller, 2010).

No entanto, o levantamento realizado para efeitos de estudo indicou existir um esforço das principais IESI nacionais no sentido de desenvolver plataformas de publicação e disseminação de informação e conhecimento científico, utilizando o modelo de acesso aberto. Em relação a isto, informações a respeito de políticas ou directrizes, repositórios e revistas científicas de acesso aberto existentes a nível nacional, demonstram o estágio embrionário em que Moçambique se encontra no processo do estabelecimento das iniciativas de acesso aberto. Embora, exista um repositório interinstitucional – o Repositório “Saber” –, activo desde 2009, que congrega a produção científica de seis IESI, percebe-se que grande parte dos registos são da comunidade da UEM. As restantes comunidades contribuem com menos de 100 registos dos 3103 registos existentes no RSI (dados colectados em Outubro de 2016). A UCM possui o repositório institucional e uma revista científica, baseados nas plataformas *Dspace* e *OJS*, respectivamente. E a UEM, através da Direcção dos Serviços de Documentação e da Unidade Editorial da Revista Científica, hospeda e gere o Repositório Interinstitucional “Saber”, assim como, o Repositório Institucional e o Portal de Revistas Científicas da UEM.

Portanto, a experiência da UEM, na implementação de iniciativas de acesso aberto em Moçambique, data de 2010, altura do lançamento oficial do primeiro repositório científico em Moçambique, a que se seguiu o lançamento, em 2012, também da primeira revista científica no contexto nacional. Porque era necessário buscar experiências de outros países, principalmente, os de expressão portuguesa, a equipe de implementação da iniciativa de acesso aberto na UEM, encontrou na Conferência Luso-brasileira de Acesso Aberto (CONFOA), o espaço privilegiado para o efeito. Foi neste contexto que depois de participar nas edições de 2013 a 2015, realizou, em Maio de 2016, o primeiro Seminário de Acesso Aberto à Informação Científica, em Moçambique, organizado em parceria com a CONFOA.

Analisando as experiências e iniciativas de implementação de repositórios e revistas científicas, no período que vai desde a criação do primeiro repositório no país, até ao presente momento, e resgatando as contribuições do debate havido no seminário de acesso aberto de Maputo é possível esboçar pelo menos três cenários de modelos de implementação do acesso aberto em Moçambique: (a) repositório interinstitucional, como é o caso do Repositório “Saber”, onde todas as instituições interessadas poderiam se associar formando comunidades deste que seria o portal do conhecimento de Moçambique; (b) repositórios federados, onde cada instituição teria o seu próprio repositório, que depois seria indexado em um repositório agregador gerido pelo centro responsável por criar as directrizes e políticas orientadoras da iniciativa de acesso aberto a nível nacional; (c) repositórios institucionais independentes, obedecendo a políticas e directrizes definidas pelas próprias instituições.

Dos três cenários, o modelo de repositórios federados, parece oferecer melhor abordagem, para o contexto moçambicano. Apesar de se reconhecer que o modelo de

repositório interinstitucional, envolve menor esforço de desmobilização de recursos financeiros e de infraestrutura, e que por isso é mais fácil de implantar e manter, é necessário ter em conta que, em uma situação, onde não existe uma regulamentação clara sobre os papéis dos actores envolvidos, o modelo de repositório interinstitucional, pode-se tornar inviável, e com resultados pouco satisfatórios. O Repositório Interinstitucional “Saber”, pode ser considerado como exemplo dessa situação, a avaliar pela quantidade e qualidade dos documentos depositados nele, assim como, pela forma de gestão não regulamentada, que tem sido característica do mesmo, passados seis anos desde a sua criação.

### **Condições Finais**

O levantamento de dados sobre as iniciativas de acesso aberto no contexto moçambicano revelou existirem algumas iniciativas institucionais e interinstitucionais, dos quais se destacam a criação do Repositório Interinstitucional “Saber”, a criação das Revistas Científicas da UEM e da UCM, e mais recentemente, a criação dos repositórios institucionais também da UEM e da UCM.

No que diz respeito a directrizes e políticas de acesso aberto, merece destaque, a iniciativa da UEM, que aprovou em 2015, a sua política de publicações, que apresenta um capítulo específico sobre o acesso aberto. Mas, deve-se reconhecer que uma política específica sobre o acesso aberto, que atenda aos requisitos e directrizes internacionais de acesso aberto seria provavelmente o caminho ideal, para o efectivo estabelecimento do movimento de acesso aberto a informação e conhecimento científico produzido na UEM. Ainda sobre o mesmo aspecto, mais do que políticas institucionais a nível das universidades e institutos de investigação, seria importante que o Governo através das entidades de tutela e de financiamento do sector de ensino superior, ciência e tecnologia, aprovasse directrizes, políticas e mandatos específicas para incentivar o depósito, em repositórios científicos nacionais, de toda a produção científica e tecnológica, desenvolvida no contexto nacional e com financiamento público.

A UEM em particular e as entidades tuteladas ou subordinadas do MCTESTP, como sejam, a Direcção Nacional de Ciência e Tecnologia (DNCT), a Direcção Nacional de Ensino Superior (DNES), a Direcção Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (DNTIC), o Fundo Nacional de Investigação (FNI) e a Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia (ENPCT), podem desempenhar um papel muito importante no estabelecimento de directrizes, políticas e de uma infraestrutura tecnológica e de suporte, para a implementação efectiva das iniciativas de acesso aberto, a nível institucional e central: (i) a UEM, porque possui recursos humanos com experiência de mais de seis anos, na implementação de repositórios, revistas e directrizes e políticas de acesso aberto; (ii) o FNI, visto ser o principal financiador da investigação a nível nacional; (iii) a DNCT e a DNES, principais actores de definição de políticas e estratégias do sector; e (iv) a DNTIC e a ENPCT, principais actores de

implementação da infraestrutura tecnológica necessária para a implantação dos diferentes serviços de informação.

Contudo, é importante realçar que, do levantamento documental realizado nos sites das diferentes IESI, não foi possível identificar a existência de documentos normativos ou de políticas, que apontem para o estabelecimento ou institucionalização do movimento de acesso aberto. Mas é de se reconhecer, que existem acções atinentes a criação de repositórios e revistas de acesso aberto em algumas IESI, mas dada as limitações, relacionadas fundamentalmente ao fraco domínio das ferramentas tecnológicas necessárias para esse efeito, estas acções na maioria das vezes resultam em fracasso absoluto. Isto remete a um desafio que as IESI tem no sentido de encontrar uma plataforma de colaboração interinstitucional, com vista a maximizar o uso dos recursos e a transferência de *know how* existente na UEM, neste domínio, de forma a catalizar o processo de desenvolvimento da plataforma de acesso aberto em Moçambique.

### Referências bibliográficas

BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. (2003). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>>.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. (2003). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>.

BOAI – Budapest Open Access Initiative. (2002). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>.

COMPROMISSO do Minho compromisso sobre o acesso livre à informação científica em países lusófonos. (2006). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/compromisso-do-minho-pelo-acesso-livre/>>.

DAS, Anup. K. (2008) – *Open access to knowledge and information: scholarly literature and digital library initiatives; the South Asian scenario*. (Eds: Bimal Kanti Sen and Jocelyne Josiah), New Delhi: UNESCO, 2008. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158585e.pdf>>.

DECLARAÇÃO do Estoril sobre o acesso à informação. (2004). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.apbad.pt/Downloads/DeclaracaoEstoril.pdf>>.

IFLA. (2006) – *Directrizes para manifesto IFLA/UNESCO sobre a Internet*. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf> >.

MATOS, Narciso.; MOSCA, João. (2009) – Desafios do ensino superior. In: Brito, L. de *et al.* (org.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2009. P. 297–319.

- MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS. (2003) – *Decreto 23/2003 de 22 de Julho*. Maputo.
- MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. (2006) – *Estratégia de ciência, tecnologia e inovação de Moçambique*. Maputo: MCT.
- MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. (2007) – *Compilação legislativa sobre ciência e tecnologia de Moçambique*. Maputo: MCT.
- MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DE ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. (2003) – *Política de ciência e tecnologia*. Maputo: MESCT.
- MUSSAGY, Aidade.; MANGUE, Manuel. V.; NHARRELUGA, Rafael.; ZIMBA, Horácio. F. (2008) – *Proposta de criação da revista científica da Universidade Eduardo Mondlane*. Maputo: UEM.
- OpenDOAR. (2016) – *The Directory of Open Access Repositories*. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.opendoar.org/find.php>>.
- PREMUGY, Cassamo. I. C. (2012). *Colectânea de legislação do ensino superior*. Maputo: MCT.
- RIS. (2016) – Repositório Interinstitucional Saber. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://www.saber.ac.mz>>.
- ROAR. (2016) – Registry of Open Access Repositories. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://roar.eprints.org/>>.
- ROARMAP. (2016) – *The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies*. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://roarmap.eprints.org/view/country/710.html>>.
- THE SANTA Fé Convention For The Open Archives Initiative. (1999). [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <[http://www.openarchives.org/sfc/sfc\\_entry.htm](http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm)>.
- UEM (2007) – *Reflexão sobre disseminação/publicações na Universidade Eduardo Mondlane*. Maputo: UEM.
- UEM (2015) – *Política de Publicação da Universidade Eduardo Mondlane*. Maputo: UEM.
- WAETE, R.anito Z.; MUSSAGY, Aidade.; ZIMBA, Horácio. F.; MANGUE, Manuel. V. (2014) – O impacto das revistas científicas e dos repositórios institucionais de acesso aberto em Moçambique: o caso da revista científica da universidade eduardo mondlane e do repositório “Saber” (poster). In: *Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto*, 5, 2014, Coimbra. Actas. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- WAETE, Ranito. Z.; MOURA, Maria. A.; MANGUE, Manuel. V. (2012) – Acesso livre à informação científica em países em desenvolvimento: o caso dos Repositórios “Saber” (Moçambique) e Digital da UFMG (Brasil). *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.*, Vol.Florianópolis, v. 17, Nn. Esp. 2, p. 195–210.

WAETE, Ranito. Z.; ZIMBA, Horácio. F.; MUSSAGY, Aidate. (2015) – Avaliação do nível de percepção e aderência da comunidade acadêmica da UEM à iniciativas de publicações de acesso aberto (poster). In: *Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, 6, 2015, Salvador*. Actas . Salvador: Universidade Federal de Bahia.

ZIMBA, Horácio. F.; MUELLER, Suzana P. M. (2010) – A dimensão política e processo de institucionalização de ciência e tecnologia em Moçambique. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11., 2010, Rio de Janeiro*. Actas. Rio de Janeiro : ANCIB. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível na Internet: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3543/2668>>.